

***Concessionária de Rodovias do  
Oeste de São Paulo – Via Oeste S.A.***

*Informações Financeiras Intermediárias  
Referentes ao Trimestre Findo em  
30 de Março de 2016 e Relatório de  
Revisão dos Auditores Independentes sobre  
as Informações Financeiras Intermediárias*

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

## RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da  
Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo - ViaOeste S.A.  
Barueri - SP

### **Introdução**

Revisamos as informações financeiras intermediárias da Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo - ViaOeste S.A. (“Companhia”) contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2016, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações financeiras intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e de acordo com a norma internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), assim como pela apresentação dessas informações financeiras intermediárias de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

### **Alcance da revisão**

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - “*Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

### **Conclusão sobre as informações intermediárias**


Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e o IAS 34, aplicável à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.


## Outros assuntos

### *Demonstrações do valor adicionado*

Revisamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2016, preparada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR, e como informação suplementar pelas IFRSs que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 5 de maio de 2016

  
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU  
Auditores Independentes  
CRC n° 2 SP 011609/O-8

  
Alexandre Cassini Decourt  
Contador  
CRC n°1 SP 276957/O-4

# Índice

---

## Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

## DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	6
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	7
--------------------------------	---

## Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2016 à 31/03/2016	9
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2015 à 31/03/2015	10
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	11
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	12
--------------------------	----

Notas Explicativas	18
--------------------	----

## Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	40
----------------------------------------------	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	41
-------------------------------------------------------------	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	42
------------------------------------------------------------------------	----

**Dados da Empresa / Composição do Capital**

<b>Número de Ações (Unidades)</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2016</b>
<b>Do Capital Integralizado</b>	
Ordinárias	6.988.146.121
Preferenciais	6.988.146.121
<b>Total</b>	<b>13.976.292.242</b>
<b>Em Tesouraria</b>	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>0</b>

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2016</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2015</b>
1	Ativo Total	1.413.191	1.390.797
1.01	Ativo Circulante	154.341	129.999
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	83.044	59.161
1.01.03	Contas a Receber	64.032	61.962
1.01.03.01	Clientes	64.032	61.962
1.01.03.01.01	Contas a Receber de Clientes	6.299	5.416
1.01.03.01.02	Contas a Receber partes relacionadas	57.733	56.546
1.01.06	Tributos a Recuperar	1.093	2.366
1.01.07	Despesas Antecipadas	1.748	2.419
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	4.424	4.091
1.01.08.01	Ativos Não-Correntes a Venda	4.424	4.091
1.01.08.01.01	Pagamentos Antecipados Relacionados à Concessão	3.297	3.297
1.01.08.01.02	Outros Créditos	1.127	794
1.02	Ativo Não Circulante	1.258.850	1.260.798
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	199.433	190.874
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	167.243	162.351
1.02.01.07.01	Despesa Antecipada Outorga Fixa	148.285	142.569
1.02.01.07.02	Pagamentos antecipados relacionados à concessão	18.958	19.782
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	1.230	1.135
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	30.960	27.388
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	1.100	1.042
1.02.01.09.05	Outros Créditos	169	183
1.02.01.09.06	Contas a Receber com Operações de Derivativos	29.691	26.163
1.02.03	Imobilizado	57.909	61.641
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	53.468	55.773
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	4.441	5.868
1.02.04	Intangível	1.001.508	1.008.283

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2016</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2015</b>
2	Passivo Total	1.413.191	1.390.797
2.01	Passivo Circulante	455.458	457.189
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	10.387	9.326
2.01.01.01	Obrigações Sociais	947	1.181
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	9.440	8.145
2.01.02	Fornecedores	17.484	23.197
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	17.406	22.978
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	78	219
2.01.03	Obrigações Fiscais	33.813	60.917
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	29.357	56.204
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	25.497	50.160
2.01.03.01.02	Outros Impostos e Contribuições a Recolher	3.860	6.044
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	4.456	4.713
2.01.03.03.01	Impostos e Contribuições a Recolher	4.456	4.713
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	313.165	309.133
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	8.387	3.838
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	8.387	3.838
2.01.04.02	Debêntures	304.778	305.295
2.01.05	Outras Obrigações	63.259	45.527
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	4.565	3.160
2.01.05.02	Outros	58.694	42.367
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	10.125	10.125
2.01.05.02.04	Obrigações com Poder Concedente	1.257	1.281
2.01.05.02.05	Outras Contas a Pagar	4.775	6.418
2.01.05.02.06	Contas a Pagar com Operações de Derivativos	42.537	24.543
2.01.06	Provisões	17.350	9.089
2.01.06.02	Outras Provisões	17.350	9.089
2.01.06.02.04	Provisão de Manutenção	17.350	9.089
2.02	Passivo Não Circulante	655.408	566.977
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	533.076	440.443
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	271.317	111.348
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	271.317	111.348
2.02.01.02	Debêntures	261.759	329.095
2.02.02	Outras Obrigações	50.861	41.738
2.02.02.02	Outros	50.861	41.738
2.02.02.02.02	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	1.724	1.724
2.02.02.02.05	Outras Contas a Pagar	315	392
2.02.02.02.06	Mútuos - Partes Relacionadas	39.622	39.622
2.02.02.02.07	Contas a Pagar com Operações de Derivativos	9.200	0
2.02.03	Tributos Diferidos	34.799	47.490
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	34.799	47.490
2.02.04	Provisões	36.672	37.306
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	3.350	2.233
2.02.04.01.05	Provisão para Riscos Cíveis, Trabalhistas e Previdenciários	3.350	2.233
2.02.04.02	Outras Provisões	33.322	35.073
2.02.04.02.04	Provisão de Manutenção	33.322	35.073

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2016</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2015</b>
2.03	Patrimônio Líquido	302.325	366.631
2.03.01	Capital Social Realizado	139.763	139.763
2.03.02	Reservas de Capital	2.642	2.642
2.03.04	Reservas de Lucros	96.545	224.226
2.03.04.01	Reserva Legal	27.953	27.953
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	68.557	68.557
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	35	35
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	127.681
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	63.375	0



**DFs Individuais / Demonstração do Resultado****(Reais)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 31/03/2016</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 31/03/2015</b>
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	233.166	221.261
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-89.004	-77.885
3.02.01	Custo de Construção	-14.978	-7.320
3.02.02	Provisão de manutenção	-5.518	-4.020
3.02.03	Depreciação e Amortização	-28.514	-21.591
3.02.04	Custo de Outorga	-14.344	-13.701
3.02.05	Serviços	-10.968	-17.132
3.02.06	Custo com Pessoal	-9.328	-9.255
3.02.07	Materiais, Equipamentos e Veículos	-2.067	-1.844
3.02.08	Outros	-3.287	-3.022
3.03	Resultado Bruto	144.162	143.376
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-11.723	-16.893
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-11.723	-16.893
3.04.02.01	Serviços	-6.185	-6.711
3.04.02.02	Depreciação e Amortização	-747	-4.230
3.04.02.03	Despesas com Pessoal	-3.595	-4.028
3.04.02.04	Materiais, Equipamentos e Veículos	-189	-171
3.04.02.05	Outros	-1.007	-1.753
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	132.439	126.483
3.06	Resultado Financeiro	-36.477	-23.357
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	95.962	103.126
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-32.587	-34.418
3.08.01	Corrente	-45.278	-35.041
3.08.02	Diferido	12.691	623
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	63.375	68.708
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	63.375	68.708
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,00432	0,00468
3.99.01.02	PN	0,00475	0,00515
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,00432	0,00468
3.99.02.02	PN	0,00475	0,00515

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente****(Reais)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 31/03/2016</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 31/03/2015</b>
4.01	Lucro Líquido do Período	63.375	68.708
4.03	Resultado Abrangente do Período	63.375	68.708

**DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2016 à 31/03/2016	Anterior 01/01/2015 à 31/03/2015
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	86.946	82.877
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	128.324	125.593
6.01.01.01	Lucro (Prejuízo) Líquido no Período	63.375	68.708
6.01.01.02	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	-12.691	-623
6.01.01.03	Apropriação de Despesas Antecipadas	824	824
6.01.01.04	Depreciação e Amortização	25.567	22.352
6.01.01.05	Amortização do Direito de Concessão	3.694	3.469
6.01.01.06	Baixa do Ativo Imobilizado	40	4
6.01.01.07	Variação Cambial s/Empréstimos, Financiamento	-21.495	0
6.01.01.09	Juros e Variação Monetária sobre Debêntures e Financiamentos	25.469	30.340
6.01.01.10	Capitalização de Custo de Empréstimos	-1.992	-2.372
6.01.01.14	Provisão (reversão) para créditos de liquidação duvidosa	-47	66
6.01.01.15	Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários	1.370	280
6.01.01.16	Constituição (reversão) da provisão de manutenção	5.518	4.020
6.01.01.17	Ajuste a valor presente da provisão de manutenção	1.227	744
6.01.01.19	Resultado de operações com derivativos	36.078	-3.413
6.01.01.20	Juros sobre mútuos	1.387	1.194
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-41.378	-42.716
6.01.02.01	Contas a receber de clientes	-836	-740
6.01.02.02	Contas a receber - Partes Relacionadas	-1.282	3.712
6.01.02.03	Impostos a recuperar	1.273	3.823
6.01.02.04	Despesas antecipadas e outros créditos	295	-3.958
6.01.02.05	Despesas antecipadas e outorga fixa	-5.716	-5.661
6.01.02.07	Fornecedores	-6.855	-2.552
6.01.02.08	Fornecedores - partes relacionadas	18	-7
6.01.02.09	Obrigações sociais e trabalhistas	1.061	1.545
6.01.02.10	Imp. e contr. a recolher e parcelados e provisão para IR e CS	40.756	30.688
6.01.02.11	Liquidação de provisão de riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários	-253	-646
6.01.02.12	Obrigações com o poder concedente	-24	-649
6.01.02.13	Realização da provisão de manutenção	-235	-397
6.01.02.14	Outras contas a pagar	-1.720	-1.390
6.01.02.15	Pagamento de imposto de renda e contribuição social	-67.860	-66.484
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-15.660	-8.187
6.02.01	Aquisição do ativo imobilizado	-1.870	-1.704
6.02.02	Adições ao ativo intangível	-13.790	-6.483
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-47.403	-86.456
6.03.01	Resgates/aplicações (com reserva)	-1	-2
6.03.03	Liquidação de Operações com Derivativos	-8.598	-3.110
6.03.04	Empréstimos, Financiamentos, Debêntures e Arrend. Merc.	184.000	0
6.03.06	Financiamentos e Debêntures - Pagamentos principal	-73.143	-65.458
6.03.07	Financiamentos e Debêntures - Pagamentos de juros	-21.980	-17.886
6.03.09	Dividendos pagos a acionistas controladores	-127.681	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	23.883	-11.766

**DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 31/03/2016</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 31/03/2015</b>
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	59.161	93.079
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	83.044	81.313

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 31/03/2016****(Reais)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	139.763	2.642	224.226	0	0	366.631
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	139.763	2.642	224.226	0	0	366.631
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	63.375	0	63.375
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	63.375	0	63.375
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-127.681	0	0	-127.681
5.06.05	Dividendos Pagos	0	0	-127.681	0	0	-127.681
5.07	Saldos Finais	139.763	2.642	96.545	63.375	0	302.325

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 31/03/2015****(Reais)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	139.763	2.642	88.685	0	0	231.090
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	139.763	2.642	88.685	0	0	231.090
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	68.708	0	68.708
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	68.708	0	68.708
5.07	Saldos Finais	139.763	2.642	88.685	68.708	0	299.798

**DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado****(Reais)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 31/03/2016</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 31/03/2015</b>
7.01	Receitas	255.614	243.856
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	250.067	238.720
7.01.02	Outras Receitas	5.547	5.136
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-43.762	-41.449
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-15.781	-21.570
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-7.485	-8.539
7.02.04	Outros	-20.496	-11.340
7.02.04.01	Provisão de Manutenção	-5.518	-4.020
7.02.04.02	Custo de Construção	-14.978	-7.320
7.03	Valor Adicionado Bruto	211.852	202.407
7.04	Retenções	-29.261	-25.821
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-29.261	-25.821
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	182.591	176.586
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	47.110	15.838
7.06.02	Receitas Financeiras	47.110	15.838
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	229.701	192.424
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	229.701	192.424
7.08.01	Pessoal	11.458	11.701
7.08.01.01	Remuneração Direta	7.743	8.143
7.08.01.02	Benefícios	3.069	2.905
7.08.01.03	F.G.T.S.	441	448
7.08.01.04	Outros	205	205
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	55.164	56.473
7.08.02.01	Federais	43.089	44.567
7.08.02.02	Estaduais	140	204
7.08.02.03	Municipais	11.935	11.702
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	99.704	55.542
7.08.03.01	Juros	85.063	41.520
7.08.03.02	Aluguéis	297	321
7.08.03.03	Outras	14.344	13.701
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	63.375	68.708
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	63.375	68.708

## Comentário do Desempenho

### Informações Trimestrais

#### Comentários Sobre o Desempenho - 1º trimestre 2016

As informações financeiras e operacionais abaixo são apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, especificamente, o CPC 21 (R1) – Demonstrações Intermediárias e o IAS 34 – Informações Intermediárias, aplicáveis para a apresentação das informações trimestrais e as comparações são referentes ao 1T15.

#### Principais Destaques

- A Receita líquida operacional alcançou R\$ 218,2 milhões (2,0%);
- O Lucro líquido atingiu R\$ 63,4 milhões (-7,7%);
- O EBIT ajustado atingiu R\$ 138,8 milhões (5,7%);
- O EBITDA ajustado atingiu R\$ 168,1 milhões (7,0%).

<b>Indicadores [R\$ MM]</b>	<b>1ºT16</b>	<b>1ºT15</b>	<b>Var. %</b>
Receita Líquida Operacional (*)	218,2	213,9	2,0%
EBIT Ajustado	138,8	131,3	5,7%
<i>Margem EBIT</i> Ajustada	63,6	61,4	+ 2,2 p.p.
EBITDA Ajustado	168,1	157,1	7,0%
<i>Margem EBITDA</i> Ajustada	77,0	73,4	+ 3,6 p.p.
Lucro Líquido	63,4	68,7	-7,7%

(\*) Receita Líquida Operacional é a soma da Receita de Pedágio com a Receita Acessória deduzindo os tributos diretos.

#### Volume de tráfego em comparação com igual período do ano anterior Veq<sup>1</sup>

<b>Em unid.<sup>2</sup></b>	<b>1ºT16</b>	<b>1ºT15</b>	<b>Var. %</b>
Veículos Equivalentes	30.117.067	30.752.265	-2,1%
Veículos Leves (Eq)	17.155.796	17.305.927	-0,9%
Veículos Pesados (Eq)	12.961.271	13.446.338	-3,6%

1 - Veículos Equivalentes é a medida calculada adicionando aos veículos leves, os veículos pesados (comerciais como caminhões e ônibus) multiplicados pelos respectivos números de eixos cobrados. Um veículo leve equivale a um eixo de veículo pesado.

2 - Nas praças de pedágio, onde a cobrança é unidirecional, o seu volume de tráfego foi dobrado para se ajustarem àquelas que já adotam cobrança bidirecional. Esse procedimento fundamenta-se no fato de que uma cobrança unidirecional já incorpora na tarifa os custos de ida e volta.

#### Tráfego Consolidado (-2,1%)

O Tráfego consolidado do 1T2016 recuou -2,1% comparado ao 1T2015, influenciado pelo efeito calendário de +1,5% devido a mobilidade do feriado de Páscoa, que em 2015 foi em Abril e esse ano realizou-se em Março, e por 2016 ser ano bissexto.



## Comentário do Desempenho

### Veículos de Passeio (-0,9%)

Com recuo de -0,9% sobre o 1T15, os três primeiros meses de 2016 mostraram um efeito calendário de +1,9% na movimentação dos veículos de passeio. Tanto o tráfego pendular da região metropolitana de São Paulo, quanto as viagens de longa distância registraram queda na comparação com 2015. O feriado de Páscoa teve movimentação -1,9% abaixo do mesmo feriado do ano anterior.

### Veículos Comerciais (-3,6%)

A movimentação de veículos comerciais no 1T16 foi -3,6% menor comparada ao 1T15, com efeito calendário de +1,0%. Este resultado foi impactado pela retração na produção industrial brasileira.

### Reajustes de tarifas de pedágio

Vide contexto operacional.

## 1. Análise do demonstrativo de resultado trimestral

### Receita Bruta Operacional

<b>Receita bruta operacional [R\$ mil]</b>	<b>1ºT16</b>	<b>1ºT15</b>	<b>Var. %</b>
Receita de pedágio	235.089	230.903	1,8%
Receitas acessórias	3.555	3.261	9,0%
<b>Receita bruta operacional</b>	<b>238.644</b>	<b>234.164</b>	<b>1,9%</b>
<b>Receita bruta de construção [R\$ mil]</b>	<b>1ºT16</b>	<b>1ºT15</b>	<b>Var. %</b>
<b>Total</b>	<b>14.978</b>	<b>7.320</b>	<b>104,6%</b>

### Receita de Construção

Conforme Interpretação Técnica ICPC 01, a Concessionária deverá reconhecer a Receita e o Custo de Construção, de acordo com o CPC 17 – Contratos de Construção. Para a CCR ViaOeste, a receita e o custo de construção são iguais, não incorrendo lucro sobre este item.

Os valores de investimentos da CCR ViaOeste acompanham o Cronograma de Investimentos acordado com o Poder Concedente. Neste trimestre a principal obra realizada na Rodovia Raposo Tavares – SP 270 foi a Implantação de contorno da cidade de São Roque.

## Comentário do Desempenho

### Receita Líquida Operacional

A Receita Líquida Operacional do 1T16 cresceu 1,9% em relação ao 1T15, influenciado principalmente pelo reajuste tarifário de 2015.

As deduções sobre a Receita Operacional Bruta, isto é, o recolhimento de PIS (Programa de Integração Social), COFINS (Contribuição para Financiamento da Seguridade Social) e ISSQN (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza), cujo percentual total é de 8,65%.

### Custos e Despesas Totais

<b>Custos e Despesas [R\$ mil]</b>	<b>1ºT16</b>	<b>1ºT15</b>	<b>Var. %</b>
Custo de Construção	14.978	7.320	104,6%
Provisão de Manutenção	5.518	4.020	37,3%
Depreciação e Amortização	29.261	25.821	13,3%
Custos da Outorga	14.344	13.701	4,7%
Serviços de Terceiros	17.153	23.843	-28,1%
Custo com pessoal	12.923	13.283	-2,7%
Materiais, Equipamentos e Veículos	2.256	2.015	12,0%
Outros	4.294	4.775	-10,1%
<b>Custos e Despesas Totais</b>	<b>100.727</b>	<b>94.778</b>	<b>6,3%</b>

O custo total da concessionária aumentou R\$ 5.949 milhões no 1T16, quando comparado ao mesmo período de 2015. As principais alterações estão mencionadas a seguir:

**Custo de Construção:** O aumento de 104,6% no 1T16, comparado com o 1T15, é reflexo dos investimentos nas rodovias Presidente Castello Branco e Rodovia Raposo Tavares, realizados conforme cronograma de contratos e mencionado nos itens acima.

**Provisão de Manutenção:** Neste trimestre houve um aumento de 37,3%, em comparação com o 1T15, associada à provisão dos custos futuros com manutenções e recuperações do pavimento.

**Depreciação e Amortização:** Reflexo das transferências dos ativos em andamento para o ativo definitivo, bem como a depreciação e amortização dos ativos tangíveis e intangíveis da Companhia.

**Custo da Outorga:** Estes custos são impactados pelo desempenho da receita operacional.

**Serviços de Terceiros:** Despesas com prestação de serviços, assim como os custos diretos relacionados à conservação especial das rodovias, tais como: estabilização de terraplenos, conservação de obras de arte especiais pontes, viadutos e túneis), obras de arte correntes (drenagem), entre outros. No 1T16 verificou-se uma diminuição de 28,1% em relação ao 1T15, justificado pela economia em custo direto realizado no período.

## Comentário do Desempenho

**Custos com Pessoal:** No 1T16 houve uma redução de R\$ 360 mil em relação ao mesmo período de 2015, em função da reestruturação de pessoal ocorrida no início de 2016.

**Materiais, Equipamentos, Veículos e Outros:** Os custos do 1T16 foram 12,0% maiores em relação ao 1T15, impactados principalmente pelos materiais para manutenção e conservação.

### EBITDA

<b>Reconciliação EBITDA [R\$ MM]</b>	<b>1ºT16</b>	<b>1ºT15</b>	<b>Var. %</b>
Lucro Líquido	63,4	68,7	-7,7%
(+) IR/CS	32,6	34,4	-5,3%
(+) Resultado Financeiro Líquido	36,5	23,4	56,2%
(+) Depreciação e Amortização	29,3	25,8	13,3%
<b>EBITDA (a)</b>	<b>161,8</b>	<b>152,3</b>	<b>6,3%</b>
Margem EBITDA (a)	69,4	68,8	+ 0,6 p.p.
(+) Despesas antecipadas (b)	0,8	0,8	0,0%
(+) Provisão de manutenção (c)	5,5	4,0	37,3%
<b>EBITDA Ajustado</b>	<b>168,1</b>	<b>157,1</b>	<b>7,0%</b>
<b>Margem EBITDA Ajustada (d)</b>	<b>77,1</b>	<b>73,4</b>	<b>+ 3,7 p.p.</b>

(a) Cálculo realizado segundo Instrução CVM 527/2012.

(b) Refere-se à apropriação ao resultado de pagamentos antecipados relacionados à concessão e é ajustada, pois se trata de item não caixa nas demonstrações financeiras.

(c) A provisão de manutenção é ajustada, pois se refere à estimativa de gastos futuros com manutenção periódica nas investidas.

(d) A Margem EBITDA ajustada foi calculada excluindo-se a receita de construção, dado que é um requerimento do IFRS, cuja contrapartida de igual valor afeta os custos totais.

### EBIT

<b>Reconciliação EBIT [R\$ MM]</b>	<b>1ºT16</b>	<b>1ºT15</b>	<b>Var. %</b>
Lucro Líquido	63,4	68,7	-7,7%
(+) IR/CS	32,6	34,4	-5,3%
(+) Resultado Financeiro Líquido	36,5	23,4	56,2%
<b>EBIT (a)</b>	<b>132,5</b>	<b>126,5</b>	<b>4,7%</b>
Margem EBIT (a)	56,8	57,2	-0,3 p.p.
(+) Despesas antecipadas (b)	0,8	0,8	0,0%
(+) Provisão de manutenção (c)	5,5	4,0	37,3%
<b>EBIT Ajustado</b>	<b>138,8</b>	<b>131,3</b>	<b>5,7%</b>
<b>Margem EBIT Ajustada (d)</b>	<b>63,6</b>	<b>61,4</b>	<b>+ 2,2 p.p.</b>

(a) Cálculo efetuado segundo Instrução CVM527/2012.

(b) Refere-se à apropriação ao resultado de pagamentos antecipados relacionados à concessão e é ajustada, pois se trata de item não caixa nas demonstrações financeiras.

(c) A provisão de manutenção refere-se à estimativa de gastos futuros com manutenção periódica das rodovias, ajustada, pois se trata de item não caixa das demonstrações financeiras.

(d) A margem EBIT ajustada foi calculada sobre a receita líquida, excluindo-se a receita de construção.

## Comentário do Desempenho

### Resultado Financeiro Líquido

<b>Resultado Financeiro Líquido [R\$ MM]</b>	<b>1ºT16</b>	<b>1ºT15</b>	<b>Var. %</b>
<b>Despesas Financeiras</b>	<b>(83,6)</b>	<b>(39,2)</b>	<b>113,3%</b>
Financiamentos - Juros e Var. Monet.	(81,8)	(38,4)	113,3%
Taxas, Comissões e Outros	(0,6)	(0,1)	507,6%
Ajuste a VP da Provisão de Manut.	(1,2)	(0,7)	64,9%
<b>Receitas Financeiras</b>	<b>47,1</b>	<b>15,8</b>	<b>197,4%</b>
Rendimento sobre aplicações Financ	4,3	2,6	64,6%
Outras receitas financeiras	42,8	13,2	223,9%
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>(36,5)</b>	<b>(23,4)</b>	<b>56,2%</b>

O Resultado Financeiro do 1T16 está 56,2% superior ao 1T15, em virtude dos juros incorridos sobre as Debêntures e novas captações realizadas.

### 2. Investimentos

A CCR ViaOeste tem investido em melhorias na segurança das rodovias do Sistema Castello Raposo, assim como na recuperação do pavimento em diversos trechos, no intuito de sempre oferecer aos usuários, rodovias de melhor qualidade.

### 3. Fatos relevantes sobre o Serviço de Atendimento ao Usuário (SAU)

<b>Total de Acidentes [un]</b>	<b>1ºT16</b>	<b>1ºT15</b>	<b>Var. %</b>
Total de acidentes	729	763	-4,5%
Total de vítimas	503	510	-1,4%

A CCR ViaOeste trabalha para o aprimoramento da segurança dos usuários que utilizam suas rodovias. Com o apoio da Polícia Militar Rodoviária, realiza o monitoramento das rodovias por meio de câmeras e inspeção de tráfego, campanhas educativas e ações de engenharia. O resultado do 1ºT16 apresentou redução de 4,5% na quantidade de acidentes e redução de 1,4% na quantidade de vítimas.

### 4. Ações de caráter ambiental, responsabilidade social e cultural

Com relação aos projetos socioculturais e esportivos, foram realizados nos municípios do entorno das rodovias administradas pela CCR ViaOeste os seguintes Projetos:

**Caminhos para a Cidadania:** Conjunto de ações de caráter educacional que visa consolidar conceitos de Educação para o Trânsito, Cidadania e Meio Ambiente, realizado em parceria com as Secretarias Municipais de Educação, para os alunos do 4º e 5º ano do ensino fundamental, em 17 cidades no entorno das rodovias administradas pela CCR ViaOeste.

## Comentário do Desempenho

**Estrada para Saúde:** Instalado na área de descanso, situado no km 57 da Rodovia Castello Branco - SP 280, junto ao Posto de Serviços Quinta do Marques, oferece diariamente e gratuitamente, a verificação de glicemia, colesterol e pressão arterial; acuidade visual; cálculo de IMC; consultas especializadas com enfermeiros, saúde bucal (tratamento odontológico preventivo, limpeza e restaurações), corte de cabelo e massagem bioenergética. Disponibiliza ainda aos usuários espaço com lavanderia, chuveiros, além de um amplo estacionamento para 50 carretas.

**Karatequina:** O projeto tem por objetivo proporcionar às crianças e adolescentes de 5 a 18 anos, no contra turno escolar, esporte, disciplina, ética e autocontrole por meio do Karatê, visando a formação do caráter de crianças e adolescentes na cidade de São Roque. Além da prática esportiva, são oferecidas atividades culturais e de lazer, realização de encontros com os pais, além de encaminhamento para cursos de qualificação profissional através de parcerias com instituições de ensino. Também são oferecidos pelo projeto, aulas de espanhol, inglês, informática, música, biblioteca e recreações (jogos, brinquedos, videogame, etc.) aos participantes que apresentam ótimo desempenho escolar.

**Projeto Sacolona** – O Sacolona é um projeto socioambiental que transforma lonas e banners que seriam descartados, em criativos produtos ecologicamente corretos, revertendo lixo em um negócio rentável. Em parceria com uma Associação de Costureiras de Santana de Parnaíba, as lonas e banners são doados e a associação idealiza os produtos e viabiliza a confecção dos itens (corte e costura, comercialização e administração do negócio).

**Rugby Cidadania** - Apoio ao projeto de Rugby desenvolvido pelo Corinthians-Barueri Rugby em parceria com o Grêmio Recreativo de Barueri (GRB), órgão ligado à Secretaria de Esportes municipal. São desenvolvidas atividades com jovens segmentados em times masculinos e femininos, nas categorias M12, M14, M16 e M18.

**Lacre Solidário** - Campanha de arrecadação de lacres de alumínio para troca de cadeiras de rodas. A campanha é realizada por colaboradores, fundos sociais e secretarias de educação.

### 5. Considerações Finais

As informações financeiras trimestrais (ITR) da Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo – ViaOeste S.A., aqui apresentadas, estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, a partir de informações financeiras revisadas.

As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de revisão por parte dos auditores independentes.

### A Diretoria

## Notas Explicativas

### Notas explicativas às Informações Trimestrais (ITR) para o trimestre findo em 31 de março de 2016

Os saldos apresentados em Reais nestas ITR foram arredondados para o milhar, exceto quando indicado de outra forma.

#### 1. Contexto operacional

A Companhia é uma sociedade por ações de capital aberto domiciliada no Brasil, constituída de acordo com as leis brasileiras. A sede está localizada à Rodovia Presidente Castello Branco, Km 24 – Lado Par – Conjunto Norte, bairro Jardim Mutinga, na cidade de Barueri, Estado de São Paulo. A Controladora final da Companhia é a CCR S.A.

A Companhia tem como objeto exclusivo, sob o regime de concessão entre 31 de março de 1998 e 31 de dezembro de 2022, a exploração do Sistema Rodoviário Castello Branco/Raposo Tavares, incluindo as rodovias Presidente Castello Branco (SP 280), Raposo Tavares (SP 270), Senador José Ermírio de Moraes (SP 075) e Dr. Celso Charuri (SP 091), compreendendo a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, incluindo serviços operacionais, de conservação e de ampliação do sistema e respectivos acessos, serviços complementares e não delegados, além de atos necessários ao cumprimento do objeto de acordo com o Edital de Concorrência nº 008/CIC/97 do Departamento de Estradas de Rodagem - DER de São Paulo. A Companhia assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão, denominados de ampliações principais:

#### **Marginais da Rodovia Presidente Castello Branco km 13,7 ao km 24,6**

Construção de marginais na Rodovia Presidente Castello Branco entre os km 13,7 e km 24,6 (região de Alphaville), concluída no primeiro semestre de 2001.

#### **Duplicação da Rodovia Raposo Tavares km 34,0 ao km 115,5**

A duplicação entre os trechos dos km 34,0 ao km 45,0 e dos km 89,0 ao km 115,5 já foram concluídas. A duplicação entre o km 45,0 e km 89,0 deverá ser concluída até 2022, conforme Contrato de Concessão nº 003/CR/1998, de 30 de março de 1998 e seus Termos Aditivos e Modificativos.

#### **Contornos de São Roque e Brigadeiro Tobias**

O contorno de São Roque foi executado no período de setembro de 2006 a agosto de 2007, na Rodovia Raposo Tavares (SP 270). O contorno de São Roque possui uma extensão de 4,5 km, em pista simples, com duas faixas de rolamento e acostamentos, desviando o tráfego pesado do centro do município de São Roque para a rodovia.

O contorno de Brigadeiro Tobias, foi concluído em julho de 2007, na Rodovia Raposo Tavares - SP 270, no distrito de Sorocaba. Da mesma forma que o contorno de São Roque, esta obra permitiu o desvio do tráfego rodoviário do centro urbano do distrito de Brigadeiro Tobias, interligando a Rodovia Raposo Tavares (SP 270) entre o km 87,0 e o km 89,6.

A Companhia também atuou no sentido de viabilizar soluções de investimentos e serviços de infraestruturas no trecho concedido à Companhia, contribuindo para o desenvolvimento das regiões lindeiras. Neste intuito, a Companhia seguiu com os seguintes projetos:

#### **Projeto Cebolão**

O Projeto Cebolão consistiu na construção de um complexo viário, que se uniu ao antigo Cebolão, objetivando a redução do congestionamento na chegada à São Paulo, através da Rodovia Presidente

## Notas Explicativas

Castello Branco. Este projeto também contemplou melhorias no trevo de acesso à Jandira, Itapevi e Aldeia da Serra.

Dentro do escopo desse projeto, o Poder Concedente estendeu a área de atuação da Companhia e autorizou a extensão dos pedágios das praças de Barueri e Osasco para as pistas expressas da Rodovia Presidente Castello Branco.

### **Marginais de Sorocaba - km 92,0 a km 106,0**

Este investimento, com início em setembro de 2008, tem o intuito de atender aos níveis de serviço devido à alta demanda de tráfego rodoviário local, proporcionando mais conforto e fluidez aos usuários. A Companhia liberou para o tráfego de veículos a nova pista da marginal da Rodovia Raposo Tavares entre o km 95 e km 106, conforme abaixo:

- 1ª Etapa: entre os km 99 e km 100 - conclusão em 06/2009;
- 2ª Etapa: entre os km 95 e km 98 - conclusão em 12/2010;
- 3ª Etapa: entre os km 98 e km 99, bem como, entre os km 100 e km 105 - conclusão em 03/2011; e
- 4ª Etapa: entre os km 105 e km 106 - conclusão em 01/2013.

A última etapa da construção da marginal da Rodovia Raposo Tavares, entre o km 92 e km 95, foi concluída em dezembro de 2014.

### **Bens reversíveis**

Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário. A Companhia terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens ou investimentos, cuja aquisição ou execução, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo da concessão.

### **Outras informações relevantes**

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos relacionados a questões regulatórias de concessão. São eles:

#### **(i) Procedimento administrativo - Termo Aditivo Modificativo nº 12/06**

Em fevereiro de 2012, foi recebida pela ViaOeste solicitação da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo (ARTESP) para apresentação de respectiva defesa prévia em processo administrativo, referente ao Termo Aditivo Modificativo (TAM) nº 12/06, de 21 de dezembro de 2006. Apresentada manifestação, em 14 de dezembro de 2012, a ViaOeste foi novamente intimada a se pronunciar. Esse prazo permaneceu suspenso até 20 de setembro de 2013. Em 26 de setembro de 2013, a ViaOeste apresentou seu novo pronunciamento sobre a matéria tratada no referido processo administrativo. Em 13 de janeiro de 2014, a ViaOeste apresentou suas alegações finais. Em 05 de maio de 2014, a ARTESP encerrou o processo administrativo, entendendo que a controvérsia deveria ser dirimida pelo Poder Judiciário. As partes ajuizaram ações judiciais sobre referida controvérsia.

## Notas Explicativas

O Estado de São Paulo e a ARTESP ajuizaram a Ação de Procedimento Ordinário nº 1019684-41.2014.8.26.0053 contra a ViaOeste pleiteando a declaração de nulidade do TAM nº 12/06. A ViaOeste ajuizou a Ação de Procedimento Ordinário nº 1027970-08.2014.8.26.0053 contra o Estado de São Paulo e a ARTESP pleiteando a declaração de validade do TAM nº 12/06.

Reconhecida a conexão entre as duas ações, ambas passaram a ter o mesmo andamento na 12ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo.

Atualmente as referidas ações encontram-se em fase de provas, tendo sido deferida a realização de perícia econômica para dirimir a controvérsia de ambas as ações.

A ViaOeste propôs também a Ação de Procedimento Ordinário nº0019924-81.2013.8.26.0053 que visava a declaração de nulidade do processo administrativo de invalidação de Termo Aditivo em virtude (i) da impossibilidade de anulação unilateral de Termo Aditivo e Modificativo bilateral; (ii) da ocorrência de decadência do direito da administração anular o Termo Aditivo; (iii) da existência de coisa julgada administrativa. Em 1º de fevereiro de 2015 foi proferida sentença extinguindo o feito sem julgamento de mérito. Em 19 de março de 2015, a Concessionária interpôs recurso de apelação que aguarda julgamento.

### (ii) Reajuste Tarifário de 2014

A ARTESP determinou a aplicação de um índice de reajuste diverso do contratual, em razão de cálculo unilateral que considerou efeitos decorrentes da aplicação de índice de reajuste em 2013, mas impediu sua cobrança aos usuários devido à compensação (tarifa sobre eixos suspensos e redução da outorga variável).

Em 02 de julho 2014 a concessionária propôs Ação de Procedimento Ordinário nº 1026968-03.2014.8.26.0053, visando a regularidade do Contrato com aplicação do índice contratual às tarifas de pedágio. Em 03 de março de 2015 foi publicada sentença julgando procedente a ação. Em 09 de março de 2015 foram opostos embargos de declaração pela ViaOeste, pela ARTESP e pelo Estado de São Paulo. Após decisão proferida nos embargos de declaração, ARTESP e Estado de São Paulo interpuseram recursos de Apelação, que aguardam julgamento pelo Tribunal de Justiça de São Paulo. Os efeitos da sentença estão suspensos devido a suspensão de liminar deferida pelo Presidente do TJSP em 13 de agosto de 2014.

## 2. Apresentação das ITR

Estas informações financeiras intermediárias foram elaboradas e estão sendo apresentadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, normas definidas pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e nos Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e especificamente o CPC 21 (R1) – Demonstrações Intermediárias e o IAS 34 – Informações Intermediárias, aplicáveis para a apresentação das informações trimestrais.

Estas ITR devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

As informações financeiras contidas nas informações trimestrais foram aprovadas pela Administração da Companhia em 05 de maio de 2016.



## Notas Explicativas

### 3. Principais práticas contábeis

Neste trimestre não ocorreram mudanças nas principais políticas e práticas contábeis e, portanto, mantêm-se a consistência de aplicação dos procedimentos divulgados nas notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

### 4. Determinação dos valores justos

Neste trimestre não ocorreram mudanças nos critérios de determinação dos valores justos.

### 5. Gerenciamento de riscos financeiros

Neste período não ocorreram mudanças no gerenciamento de riscos financeiros.

Em 31 de março de 2016, a Companhia possui capital circulante líquido negativo de R\$ 301.117, substancialmente composto por debêntures e empréstimos, conforme mencionado nas notas explicativas nº 13 e 14. Essas dívidas são formadas por captações aplicadas em projetos já performados. Além da geração de caixa decorrente de suas atividades, a Companhia está permanentemente reestruturando suas dívidas.

### 6. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/03/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Caixa e bancos	1.445	2.524
Aplicações financeiras		
Fundos de investimentos	<u>81.599</u>	<u>56.637</u>
	<u>83.044</u>	<u>59.161</u>

As aplicações financeiras foram remuneradas à taxa média de 98,82% do CDI, equivalente a 13,96% ao ano (13,10% ao ano, em média, em 31 de dezembro de 2015).

### 7. Contas a receber

	<u>31/03/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
<b>Circulante</b>		
Pedágio eletrônico - outros (a)	5.805	4.910
Receitas acessórias (b)	<u>558</u>	<u>617</u>
	6.363	5.527
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (c)	<u>(64)</u>	<u>(111)</u>
	<u>6.299</u>	<u>5.416</u>

### Idade de vencimento dos títulos

	<u>31/03/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Créditos a vencer	6.275	5.317
Créditos vencidos até 60 dias	20	84
Créditos vencidos de 61 a 90 dias	4	15
Créditos vencidos de 91 a 180 dias	-	44
Créditos vencidos há mais de 180 dias	<u>64</u>	<u>67</u>
	<u>6.363</u>	<u>5.527</u>

## Notas Explicativas

- (a) Créditos a receber decorrentes dos serviços prestados aos usuários, relativos às tarifas de pedágio que serão repassadas à concessionária e créditos a receber decorrentes de vale pedágio;
- (b) Créditos de receitas acessórias (principalmente ocupação de faixa de domínio e locação de painéis publicitários) previstas nos contratos de concessão;
- (c) A Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD) é constituída para títulos vencidos há mais de 90 dias. A PCLD reflete o histórico de perda da Companhia.

### 8. Imposto de renda e contribuição social

#### a. Conciliação do imposto de renda e da contribuição social - correntes e diferidos

A conciliação do imposto de renda e contribuição social registrada no resultado é demonstrada a seguir:

	<u>31/03/2016</u>	<u>31/03/2015</u>
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	95.962	103.126
Alíquota nominal	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(32.627)	(35.063)
Efeito tributário das adições e exclusões permanentes		
Despesas com brindes e associações de classe	(21)	(35)
Despesas indedutíveis	(64)	90
Incentivo relativo ao imposto de renda	163	712
Provisão para participação nos resultados (PLR)	(40)	(41)
Outros ajustes tributários	2	(81)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	<u>(32.587)</u>	<u>(34.418)</u>
Impostos correntes	(45.278)	(35.041)
Impostos diferidos	12.691	623
	<u>(32.587)</u>	<u>(34.418)</u>
<b>Alíquota efetiva de impostos</b>	<u>33,96%</u>	<u>33,37%</u>

## Notas Explicativas

### b. Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm as seguintes origens:

	<u>31/03/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
<b>Bases ativas</b>		
Diferenças temporárias - Lei 12.973/14 (a)	63.856	63.369
Provisão para participação nos resultados (PLR)	1.272	1.021
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e tributários	1.139	759
Custo de transação na emissão de títulos	187	218
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	22	38
Valor justo de operações com instrumentos financeiros derivativos	14.004	9.668
Perdas em operações com derivativos	12.927	1.396
Outros	1.993	2.770
	<u>95.400</u>	<u>79.239</u>
<b>Bases passivas</b>		
Diferenças temporárias - Lei 12.973/14 (a)	(107.135)	(110.221)
Valor justo de operações com instrumentos financeiros derivativos	(11.442)	(9.152)
Ganho de operações com derivativos	(9.455)	(5.221)
Outros	(2.167)	(2.135)
	<u>(130.199)</u>	<u>(126.729)</u>
<b>Passivo fiscal diferido líquido</b>	<u>(34.799)</u>	<u>(47.490)</u>

- (a) Saldos de diferenças temporárias resultante da aplicação do art. nº 69 da Lei 12.973/14 (fim do RTT).

### 9. Pagamentos antecipados relacionados à concessão

	<u>Início da concessão (1)</u>					
	<u>31/03/2016</u>	<u>31/12/2015</u>				
Circulante	<u>3.297</u>	<u>3.297</u>				
	<u>Início da concessão (1)</u>		<u>Extensão do prazo da concessão (2)</u>		<u>Total</u>	
	<u>31/03/2016</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>31/03/2016</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>31/03/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Não Circulante	<u>18.958</u>	<u>19.782</u>	<u>148.285</u>	<u>142.569</u>	<u>167.243</u>	<u>162.351</u>

- (1) Os pagamentos antecipados no início da concessão e pré-pagamentos ao Poder Concedente, relativos à outorga fixa da concessão, foram registradas como ativo e estão sendo apropriadas ao resultado pelo prazo de concessão.
- (2) Para adequação do valor dos custos com outorga fixa na Companhia em que o prazo da concessão foi estendido sem que houvesse alteração do prazo de pagamento da outorga fixa, parte do valor dos pagamentos está sendo ativado e será apropriado ao resultado no período de extensão da concessão.

### 10. Partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos em 31 de março de 2016 e 31 de dezembro de 2015, assim como as transações que influenciaram os resultados dos trimestres findos em 31 de março de 2016 e 2015, relativos às operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Companhia, sua controladora, profissionais chave da administração e coligadas podem ser assim demonstradas:

**Notas Explicativas**

	<b>31/03/2016</b>		
	<b>Transações</b>		
	<b>Receitas</b>	<b>Serviços prestados</b>	<b>Despesas financeiras</b>
<b>Controladora</b>			
CCR S.A. (a)	-	2.870	-
<b>Outras partes relacionadas</b>			
CGMP (c)	51	-	-
CPC (d)	-	3.760	-
Rodoanel Oeste (e) (f)	-	-	1.387
Samm (g)	629	-	-
Total, 31 de março de 2016	<u>680</u>	<u>6.630</u>	<u>1.387</u>
Total, 31 de março de 2015	<u>850</u>	<u>6.854</u>	<u>1.194</u>

	<b>31/03/2016</b>			
	<b>Saldos</b>			
	<b>Ativo</b>	<b>Passivo</b>		
<b>Contas a receber</b>	<b>AFAC</b>	<b>Mútuo</b>	<b>Fornecedores</b>	
<b>Controladora</b>				
CCR S.A. (a) (b)	4	1.724	-	914
<b>Outras partes relacionadas</b>				
CGMP (c)	56.335	-	-	-
CPC (d)	24	-	-	1.258
Rodoanel Oeste (e) (f)	38	-	41.981	33
Samm (g)	2.562	-	-	-
Serveng Civilsan (i)	-	-	-	1
Total circulante, 31 de março de 2016	<u>57.733</u>	<u>-</u>	<u>2.359</u>	<u>2.206</u>
Total não circulante, 31 de março de 2016	<u>1.230</u>	<u>1.724</u>	<u>39.622</u>	<u>-</u>
Total, 31 de março de 2016	<u>58.963</u>	<u>1.724</u>	<u>41.981</u>	<u>2.206</u>
Total, 31 de dezembro de 2015	<u>57.681</u>	<u>1.724</u>	<u>40.594</u>	<u>2.188</u>

**Despesas com profissionais chave da Administração**

	<b>31/03/2016</b>	<b>31/03/2015</b>
		<b>Reapresentado (*)</b>
Remuneração (h):		
Benefícios de curto prazo - remuneração fixa	402	351
Outros benefícios:		
Provisão de participação no resultado		
Provisão de PPR no ano a pagar no ano seguinte	162	165
Previdência privada	23	18
Seguro de vida	1	1
	<u>588</u>	<u>535</u>

**Notas Explicativas****Saldos a pagar aos profissionais chave da Administração:**

	<u>31/03/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Remuneração dos administradores	914	813

(\*) Reapresentado com inclusão das despesas com seguridade social e FGTS para melhor apresentação.

Na AGO realizada em 15 de abril de 2016, foi fixada a remuneração anual dos membros do conselho de administração e diretoria da Companhia de até R\$ 3.200, incluindo salário, benefícios, remuneração variável e contribuição para a seguridade social.

- (a) Contrato de prestação de serviços de gestão administrativa nas áreas de contabilidade, assessoria jurídica, suprimentos, tesouraria e recursos humanos, cujos valores são liquidados mensalmente no 1º dia útil do mês;
- (b) Adiantamento para futuro aumento de capital;
- (c) Valores de tarifa de pedágio cobrados de usuários do sistema de pedágio eletrônico, os quais serão repassados à Companhia no mês subsequente;
- (d) Contrato de prestação exclusivo de serviços de administração de obras de investimentos, conservação, serviços de informática e manutenção, cujos valores são liquidados mensalmente no 1º dia útil do mês;
- (e) Refere-se a encargos de folha de pagamento relativo à transferência de colaboradores;
- (f) Cessão de crédito de IRPJ e CSLL sobre prejuízos fiscais e bases negativas, conforme autorizado pelo artigo 33 da Medida Provisória – MP nº 651/14, remunerada a taxa de 105% do CDI. Os juros serão pagos semestralmente, em abril e outubro de cada ano, até o vencimento final da operação, em 28 de outubro de 2019, quando será calculado o pagamento principal;
- (g) Contrato de locação de fibra óptica apagada com prazo contratual até o término da vigência do contrato de concessão, com valores liquidados no 10º dia útil do mês subsequente após o recebimento e aceitação. Qualquer atraso no pagamento sujeito à incidência de juros à taxa de 1% ao mês, calculados proporcionalmente a partir da data do vencimento até a data do efetivo pagamento, mais multa moratória de 2% sobre o valor devido e atualização monetária calculada pela variação do IGP-M;
- (h) Contempla o valor total de remuneração fixa e variável atribuível aos membros da administração e diretoria, registradas no balanço patrimonial como obrigações trabalhistas; e
- (i) Prestação de serviços por empreitada a preço global, com vigência de 03 de setembro de 2014 a 26 de janeiro de 2016.

## Notas Explicativas

### 11. Ativo imobilizado

#### Movimentação do custo

	31/12/2015		31/03/2016		
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Saldo final
Móveis e utensílios	4.080	-	(2)	2	4.080
Máquinas e equipamentos	35.254	-	(107)	228	35.375
Veículos	10.837	-	-	296	11.133
Instalações e edificações	6.852	-	-	-	6.852
Equipamentos operacionais	73.917	-	(81)	1.101	74.937
Imobilizado em andamento	5.868	1.961	-	(3.387)	4.442
	<u>136.808</u>	<u>1.961</u>	<u>(190)</u>	<u>(1.760)</u>	<u>136.819</u>
	31/12/2014		31/03/2015		
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Saldo final
Movimento em 2015	129.693	1.916	(17)	(634)	130.958

#### Movimentação da depreciação

	Taxa média anual de depreciação %	31/12/2015		31/03/2016		
		Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Saldo final
Móveis e utensílios	13	(2.396)	(87)	2	-	(2.481)
Máquinas e equipamentos	16	(18.973)	(841)	95	-	(19.719)
Veículos	24	(5.259)	(552)	-	-	(5.811)
Instalações e edificações	6	(2.041)	(6)	-	-	(2.047)
Equipamentos operacionais	19	(46.498)	(2.408)	53	1	(48.852)
		<u>(75.167)</u>	<u>(3.894)</u>	<u>150</u>	<u>1</u>	<u>(78.910)</u>
		31/12/2014		31/03/2015		
		Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Saldo final
Movimento em 2015		(64.793)	(3.834)	13	-	(68.614)

(a) Reclassificações do ativo imobilizado para o intangível.

Foram acrescidos aos ativos imobilizados, custos de empréstimos no montante de R\$ 91 no trimestre findo em 31 de março de 2016 (R\$ 212 no trimestre findo em 31 de março de 2015). A taxa média de capitalização no 1º trimestre de 2016 foi de 0,59% a.m. (custo dos empréstimos dividido pelo saldo médio de empréstimos, financiamentos e debêntures) e 0,92% a.m. no 1º trimestre de 2015.

### 12. Ativos intangíveis

#### Movimentação do custo

	31/12/2015		31/03/2016	
	Saldo inicial	Adições	Transferências (a)	Saldo final
Direitos de exploração da infraestrutura concedida (b)	1.403.287	16.833	202	1.420.322
Direitos de uso de sistemas informatizados	12.012	-	1.761	13.773
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados	1.557	-	(204)	1.353
Direito da concessão - ágio (c)	251.709	-	-	251.709
	<u>1.668.565</u>	<u>16.833</u>	<u>1.759</u>	<u>1.687.157</u>
	31/12/2014		31/03/2015	
	Saldo inicial	Adições	Transferências (a)	Saldo final
Movimento em 2015	1.582.519	8.643	634	1.591.796

## Notas Explicativas

### Movimentação da amortização

	Taxa média anual de amortização %	31/12/2015	31/03/2016	
		Saldo inicial	Adições	Saldo final
Direitos de exploração da infraestrutura concedida	(*)	(532.530)	(21.189)	(553.719)
Direitos de uso de sistemas informatizados	21	(8.375)	(471)	(8.846)
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados	20	(1.328)	(13)	(1.341)
Direito da concessão - ágio (c)	(*)	(118.049)	(3.694)	(121.743)
		<u>(660.282)</u>	<u>(25.367)</u>	<u>(685.649)</u>
		31/12/2014	31/03/2015	
		Saldo inicial	Adições	Saldo final
Movimento em 2015		<u>(562.725)</u>	<u>(21.987)</u>	<u>(584.712)</u>

- (a) Reclassificações do ativo imobilizado para o intangível.
- (b) Do montante de R\$ 1.496.323, em 31 de março de 2016, R\$ 118.579 referem-se à intangível em fase de construção e não disponibilizado ao usuário; e
- (c) Direito da Concessão: refere-se ao ágio gerado após a reorganização societária, conforme estabelecido no Protocolo de Incorporação e Instrumento de Justificação datado de 28 de junho de 2005.

Foram acrescidos aos ativos intangíveis, custos de empréstimos no montante de R\$ 1.901 no trimestre findo em 31 de março de 2016 (R\$ 2.160 no trimestre findo em 31 de março de 2015). A taxa média de capitalização no 1º trimestre de 2016 foi de 0,59% a.m. (custo dos empréstimos dividido pelo saldo médio de empréstimos, financiamentos e debêntures) e 0,92% a.m. no 1º trimestre de 2015.

### 13. Empréstimos, financiamentos e arrendamentos mercantis financeiros

Instituições financeiras	Taxas contratuais	Vencimento final	31/03/2016	31/12/2015
<b>Em moeda nacional</b>				
Alfa S.A. (Finame)	5,5% a 7,70% a.a.	Julho de 2017	156	185 (b)
<b>Em moeda estrangeira</b>				
1. Merrill Lynch (a)	LIBOR 3M + 2,50% a.a.	Outubro de 2017	110.940	115.001 (c)
2. BANCO DE TOKYO-MITSUBISHI UFJ (a)	LIBOR+2,10% a.a.	Janeiro de 2019	168.608	- (c)
<b>Subtotal em moeda estrangeira</b>			279.548	115.001
<b>Total geral</b>			<u>279.704</u>	<u>115.186</u>
<b>Circulante</b>			<u>8.387</u>	<u>3.838</u>
<b>Não circulante</b>			<u>271.317</u>	<u>111.348</u>

- (a) Por entender ser informação mais relevante, dado que a operação está protegida na sua totalidade por contrato de *swap*, a Companhia decidiu mensurar esta operação ao valor justo através do resultado (vide nota explicativa nº 21 para maiores detalhes).

### Garantias:

- (b) Bens financiados.
- (c) Não existem garantias.

## Notas Explicativas

### Cronograma de desembolsos (não circulante)

	<u>31/03/2016</u>
2017	111.107
2018	5.027
2019	<u>155.183</u>
	<u>271.317</u>

As condições, garantias e restrições pactuadas vêm sendo cumpridas regularmente.

Neste trimestre ocorreram as seguintes operações abaixo descritas:

- Em 05 de janeiro de 2016, foi firmado contrato em moeda estrangeira (dólar norte-americano), com liberação no dia 07 de janeiro de 2016, através da Lei nº 4131 do BACEN, com o Bank of Tokyo, no montante de USD 45.771 mil, equivalente a R\$ 184.000, com vencimento em 07 de janeiro de 2019, remunerado à Libor de 3 meses + 2,10% a.a.. O pagamento de juros é trimestral e o pagamento de principal no final da operação. Na mesma data, foi firmado contrato de swap, trocando a remuneração da dívida por 117,50% do CDI.

### 14. Debêntures e notas promissórias

<u>Série</u>	<u>Taxas contratuais</u>	<u>Taxa efetiva do custo de transação (% a.a.)</u>	<u>Custos de transação incorridos</u>	<u>Saldo de custo de transação a apropriar 2015</u>	<u>Vencimento final</u>	<u>31/03/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
2. 4a. Emissão Série Única	108,3% do CDI	0,1723% (a)	3.862	253	Maio de 2017	223.105	267.672 (d)
3. 5a. Emissão Série 1	106,1% do CDI	0,1611% (a)	835	245	Setembro de 2017	174.823	203.921 (d)
3. 5a. Emissão Série 2 (c)	IPCA+5,67 % a.a.	0,3360% (b)	1.380	701	Setembro de 2019	168.609	162.797 (d)
<b>Total geral</b>				<u>1.199</u>		<u>566.537</u>	<u>634.390</u>
<b>Circulante</b>							
Debêntures e notas promissórias						305.554	306.218
Custo de transação						(776)	(923)
						<u>304.778</u>	<u>305.295</u>
<b>Não Circulante</b>							
Debêntures						262.182	329.660
Custo de transação						(423)	(565)
						<u>261.759</u>	<u>329.095</u>

- O custo efetivo destas transações refere-se aos custos de transação incorridos na emissão dos títulos e não considera taxas pós-fixadas, uma vez que na data de cada transação não são conhecidas as futuras taxas de CDI aplicáveis. Estas taxas somente serão conhecidas com a fluência do prazo de cada transação.
- O custo efetivo desta transação refere-se à taxa interna de retorno (TIR) calculada considerando os juros contratados mais os custos de transação. Para os casos aplicáveis, não foram consideradas para fins de cálculo da TIR as taxas contratuais variáveis.
- A operação está sendo mensurada ao valor justo por meio do resultado, de acordo com os métodos da contabilidade de *hedge* (*hedge* de valor justo). Para maiores detalhes vide nota explicativa nº 21.

### Garantias:

- Não existem garantias.



**Notas Explicativas****Cronograma de desembolsos (não circulante)**

	<u>31/03/2016</u>
2017	106.572
2018	8.349
2019	<u>147.261</u>
	<u>262.182</u>

As condições, garantias e restrições pactuadas e divulgadas em 31 de dezembro de 2015 não foram alteradas e estão sendo cumpridas regularmente.

Não existem cláusulas de repactuação.

**15. Fornecedores**

	<u>31/03/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Fornecedores e prestadores de serviços nacionais (a)	7.853	12.996
Fornecedores e prestadores de serviços estrangeiros (a)	78	219
Cauções e retenções contratuais (b)	<u>9.553</u>	<u>9.982</u>
	<u>17.484</u>	<u>23.197</u>

(a) Os saldos da Companhia referem-se principalmente aos valores a pagar por conta de serviços, materiais e equipamentos relacionados a obras de melhorias, manutenção e conservação.

(b) Trata-se de garantia contratual estabelecida com prestadores de serviços, destinada a suprir eventuais inadimplências fiscais e trabalhistas desses prestadores, em decorrência de responsabilidade solidária da Companhia. Em média são retidos 5% do valor das medições até o encerramento do contrato de prestação de serviços.

**16. Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários**

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas respectivas operações, envolvendo questões trabalhistas e cíveis.

A Administração constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme quadro abaixo, com base em (i) informações de seus assessores jurídicos; (ii) análise das demandas judiciais pendentes e (iii) com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas.

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/03/2016</u>			
	<u>Saldo inicial</u>	<u>Constituição/ Reversão</u>	<u>Atualização Monetária</u>	<u>Pagamentos</u>	<u>Saldo final</u>
<b>Não circulante</b>					
Cíveis e administrativos	668	99	33	(8)	792
Trabalhistas e previdenciários	<u>1.565</u>	<u>903</u>	<u>122</u>	<u>(32)</u>	<u>2.558</u>
	<u>2.233</u>	<u>1.002</u>	<u>155</u>	<u>(40)</u>	<u>3.350</u>
	<u>31/12/2014</u>				<u>31/03/2015</u>
Movimento em 2015	<u>4.128</u>	<u>(3)</u>	<u>81</u>	<u>(444)</u>	<u>3.762</u>

## Notas Explicativas

Além dos pagamentos dos processos provisionados com diagnóstico de perda provável, a Companhia efetuou acordos para pagamentos de processos administrativos, nas esferas cível e trabalhista, nos montantes de R\$ 190 e R\$ 23, respectivamente (R\$ 57 e R\$ 145 respectivamente em 31 de março de 2015).

A Companhia possui outros riscos relativos a questões trabalhistas e cíveis, avaliadas pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, nos montantes indicados abaixo, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não determinam sua contabilização.

	<u>31/03/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Cíveis e administrativos	8.280	8.120
Trabalhistas	<u>1.183</u>	<u>969</u>
	<u>9.463</u>	<u>9.089</u>

Além de efetuar depósitos judiciais, foram contratadas fianças judiciais para os processos em andamento, cujo montante em 31 de março de 2016 é de R\$ 2.005 (R\$ 1.882 em 31 de dezembro de 2015).

### 17. Provisão de manutenção

	<u>31/12/2015</u>		<u>31/03/2016</u>			
	<u>Saldo inicial</u>	<u>Constituição/ reversão de provisão a valor presente</u>	<u>Reversão do ajuste a valor presente</u>	<u>Realização</u>	<u>Transferências</u>	<u>Saldo Final</u>
Circulante	9.089	3.635	946	(235)	3.915	17.350
Não circulante	35.073	1.883	281	-	(3.915)	33.322
	<u>44.162</u>	<u>5.518</u>	<u>1.227</u>	<u>(235)</u>	<u>-</u>	<u>50.672</u>
	<u>31/12/2014</u>		<u>31/03/2015</u>			
Circulante	1.188	76	37	(397)	50	954
Não circulante	29.357	3.944	707	-	(50)	33.958
	<u>30.545</u>	<u>4.020</u>	<u>744</u>	<u>(397)</u>	<u>-</u>	<u>34.912</u>

As taxas para cálculo do valor presente para os projetos com início de provisão até 2009 e de 2010 a 2015 são de 14,75%, 12,34%, 12,62%, 8,20%, 10,14%, 12,29% e 15,77% respectivamente. As mesmas são equivalentes às taxas de mercado para os períodos a que se referem.

### 18. Patrimônio Líquido

#### Lucro por ação básico e diluído

A Companhia não possui instrumentos que, potencialmente, poderiam diluir os resultados por ação.

**Notas Explicativas**

	<b>01/01/2016 a</b>	<b>01/01/2015 a</b>
	<b>31/03/2016</b>	<b>31/03/2015</b>
<b>Numerador</b>		
Lucro líquido do período	63.375	68.708
<b>Denominador</b>		
Média ponderada de ações ordinárias	6.988.146.121	6.988.146.121
Média ponderada de ações preferenciais	6.988.146.121	6.988.146.121
Lucro por ação ordinária - básico e diluído	0,00432	0,00468
Lucro por ação preferencial - básico e diluído	0,00475	0,00515

**19. Receitas**

	<b>31/03/2016</b>	<b>31/03/2015</b>
Receitas de pedágio	235.089	230.903
Receitas de construção (ICPC 01 R1)	14.978	7.320
Receitas acessórias	3.555	3.261
<b>Receita bruta</b>	<b>253.622</b>	<b>241.484</b>
Impostos sobre receitas	(20.456)	(20.223)
<b>Deduções da receita bruta</b>	<b>(20.456)</b>	<b>(20.223)</b>
<b>Receita líquida</b>	<b>233.166</b>	<b>221.261</b>

**20. Resultado financeiro**

	<b>31/03/2016</b>	<b>31/03/2015</b>
<b>Despesas financeiras</b>		
Juros sobre financiamentos, debêntures, notas promissórias e arrendamento mercantil	(20.296)	(24.799)
Ajuste a valor presente da provisão de manutenção	(1.227)	(744)
Capitalização de custos dos empréstimos	1.992	2.372
Perda com operações de derivativos	(39.383)	(6.273)
Valor justo sobre financiamentos (fair value option)	(10.551)	(2.923)
Variação monetária sobre debêntures	(5.173)	(5.541)
Variação cambial sobre empréstimos e financiamentos	(7.003)	-
Juros e variações monetária sobre mútuos	(1.387)	(1.194)
Taxas, comissões e outras despesas financeiras	(559)	(93)
	<b>(83.587)</b>	<b>(39.195)</b>
<b>Receitas financeiras</b>		
Variação cambial sobre empréstimos e financiamentos	28.498	-
Rendimento sobre aplicações financeiras	4.325	2.627
Ganho com operações de derivativos	7.119	9.447
Valor justo sobre financiamentos (fair value option)	6.737	3.162
Juros e outras receitas financeiras	431	602
	<b>47.110</b>	<b>15.838</b>
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<b>(36.477)</b>	<b>(23.357)</b>

## Notas Explicativas

### 21. Instrumentos financeiros

A política de contratação de instrumentos financeiros, os métodos e premissas adotados na determinação dos valores justos, bem como os critérios de seus registros e classificações hierárquicas são os mesmos divulgados nas notas explicativas das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015.

Todas as operações com instrumentos financeiros da Companhia estão reconhecidas nas ITR, conforme o quadro a seguir:

#### Instrumentos financeiros por categoria

	31/03/2016			31/12/2015		
	Valor justo por meio do resultado	Valor justo por meio do resultado	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Valor justo por meio do resultado	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado
<b>Ativos</b>						
Aplicações financeiras	81.599	-	-	56.637	-	-
Aplicações financeiras vinculadas - conta reserva	123	-	-	122	-	-
Contas a receber	-	6.299	-	-	5.416	-
Contas a receber - partes relacionadas	-	58.963	-	-	57.681	-
Contas a receber com operações de derivativos	29.691	-	-	26.163	-	-
<b>Passivos</b>						
Contas a pagar com operações de derivativos	(51.737)	-	-	(24.543)	-	-
Debêntures e notas promissórias (a)	(168.609)	-	(397.928)	(162.797)	-	(471.593)
Financiamentos em moeda nacional	-	-	(156)	-	-	(185)
Empréstimos em moeda estrangeira	(279.548)	-	-	(115.001)	-	-
Fornecedores e outras contas a pagar	-	-	(22.575)	-	-	(30.007)
Fornecedores e contas a pagar - partes relacionadas	-	-	(2.206)	-	-	(2.188)
Mútuos - partes relacionadas	-	-	(41.981)	-	-	(40.594)
Partes relacionadas - AFAC	-	-	(1.724)	-	-	(1.724)
Obrigações com o Poder Concedente	-	-	(1.257)	-	-	(1.281)
	<u>(388.481)</u>	<u>65.262</u>	<u>(467.827)</u>	<u>(219.419)</u>	<u>63.097</u>	<u>(547.572)</u>

(a) Valores líquidos dos custos de transação.

- **Debêntures mensurados ao custo amortizado** - Caso fosse adotado o critério de reconhecer esses passivos pelos seus valores justos, os saldos apurados seriam os seguintes:

	31/03/2016		31/12/2015	
	Valor contábil (a)	Valor justo (b)	Valor contábil (a)	Valor justo (b)
Debêntures	398.426	401.029	472.279	476.289

(a) Valores brutos dos custos de transação.

(b) Os valores justos estão qualificados no nível 2, conforme definição detalhada no item “Hierarquia de valor justo”, abaixo.

Os valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (ex: BM&FBovespa e Bloomberg), acrescidas dos *spreads* contratuais e trazidos a valor presente.

#### Hierarquia de valor justo

A Companhia possui os saldos abaixo de instrumentos financeiros avaliados pelo valor justo, os quais estão qualificados no nível 2:

## Notas Explicativas

	<u>31/03/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Aplicações financeiras e conta reserva	81.722	56.759
Derivativos	(22.046)	1.620
Empréstimos em moeda estrangeira	(279.548)	(115.001)
Debêntures	(168.609)	(162.797)

Os diferentes níveis foram definidos a seguir:

- Nível 1: preços negociados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: *inputs*, diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

### Instrumentos financeiros derivativos

As operações com derivativos contratadas têm por objetivo principal a proteção contra variações cambiais nas captações realizadas e fluxos de pagamento futuros em moeda estrangeira, além de proteção contra flutuações da Libor e de outros indexadores e taxas de juros, sem caráter especulativo. Dessa forma, são caracterizados como instrumentos de *hedge* e estão registrados pelo seu valor justo por meio do resultado.

A Companhia contratou operações de *swap* visando mitigar totalmente o risco cambial dos fluxos de caixa de seus empréstimos em moeda estrangeira.

Todos os instrumentos financeiros derivativos foram negociados em mercado de balcão.

Segue abaixo quadro detalhado sobre os instrumentos derivativos contratados para a Companhia:

## Notas Explicativas

Contraparte	Data de início dos contratos	Data de Vencimento	Posição (Valores de Referência)	Valores de Referência (Noctonal)				Valor Justo		Valores brutos contratados e liquidados				Efeito Acumulado		Resultado			
				Moeda Estrangeira		Moeda Local		Moeda Local		Moeda Local		Recebidos/(Pagos)		Valores a receber/(recebidos)		Valores a pagar/(pagos)		Ganho/(Perda) em resultado	
				31/03/2016	31/12/2015	31/03/2016	31/12/2015	31/03/2016	31/12/2015	31/03/2016	31/12/2015	31/03/2016	31/12/2015	31/03/2016	31/12/2015	31/03/2016	31/12/2015	31/03/2016	31/12/2015
Posição ativa	BTG Pactual	27/10/2014	16/09/2019 (2)	IPCA + 5,67% a.a.	75.000	-	75.000	84.655	81.799	(2.688)	(1.555)	13.764	9.512	(4.543)	(5.682)	2.723	1.604		
Posição passiva				100% do CDI	-	-	-	(75.434)	(77.969)	-	-	-	-	-	-	-	-		
Posição ativa	Merrill Lynch	27/10/2014	16/09/2019 (2)	IPCA + 5,67% a.a.	75.000	-	75.000	84.449	81.778	(2.667)	(1.555)	13.587	9.519	(4.544)	(5.674)	2.551	1.570		
Posição passiva				99,90% do CDI	-	-	-	(75.406)	(77.933)	-	-	-	-	-	-	-	-		
Posição ativa	Merrill Lynch	26/10/2015	26/10/2017 (2)	USD + Libor 3meses + 2,50% a.a.	30.000	30.000	106.767	117.144	116.411	(3.263)	-	2.340	7.132	(11.923)	(13.187)	(6.791)	-		
Posição passiva				109,95% do CDI	-	-	-	(121.625)	(122.466)	-	-	-	-	-	-	-	-		
Posição ativa	Bank of Tokyo	07/01/2016	07/01/2019	USD + Libor 3M + 2,10% a.a.	45.771	-	162.894	169.702	-	-	-	-	-	-	(30.727)	(30.727)	-		
Posição passiva				117,50% do CDI	-	-	-	(200.429)	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
<b>TOTAL DAS OPERAÇÕES EM ABERTO EM 31/03/2016</b>					(22.046)	1.620	(8.598)	(3.110)	29.691	26.163	(24.543)	(32.264)	3.174						

## Notas Explicativas

- (1) Quando o derivativo possui vencimentos intermediários, o valor nominal mencionado é o da tranche vigente;
- (2) Os contratos possuem vencimentos semestrais intermediários, nos meses de março e setembro de cada ano, até o vencimento final.

### Resultado com instrumentos financeiros derivativos com propósito de proteção

	<u>31/03/2016</u>	<u>31/03/2015</u>
Riscos de juros	<u>(32.264)</u>	<u>3.174</u>

### Análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises.

Em atendimento à Instrução CVM nº. 475, apresentamos abaixo, as análises de sensibilidade referentes aos juros e variações monetárias.

Nas análises de sensibilidade, não foram considerados nos cálculos novas contratações de operações com derivativos além dos já existentes.

### Análise de sensibilidade de variações na moeda estrangeira

Apresentamos no quadro abaixo os valores nominais referentes à variação cambial sobre os contratos de empréstimos e financiamentos sujeitos a esse risco. Os valores correspondem aos efeitos no resultado do exercício e no patrimônio líquido e foram calculados com base no saldo das exposições cambiais na data dessas demonstrações financeiras, sendo que as taxas de câmbio utilizadas no cenário provável foram adicionadas dos percentuais de deterioração de 25% e 50%, para os cenários A e B.

Operação	Vencimentos até	Risco	Exposição em R\$ <sup>(1)</sup>	Efeito em R\$ no resultado		
				Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
4131 em USD	Outubro de 2017	Aumento da cotação do USD	110.681	-	(27.671)	(55.340)
SWAP USD x CDI (Ponta ativa)	Outubro de 2017	Diminuição da cotação do USD	(110.790)	-	27.698	55.395
4131 em USD	Janeiro de 2019	Aumento da cotação do USD	168.985	-	(42.246)	(84.493)
SWAP USD x CDI (Ponta ativa)	Janeiro de 2019	Diminuição da cotação do USD	(166.637)	-	41.659	83.319
Total do efeito de perda				-	(560)	(1.119)
<b>Moedas em 31/03/2016:</b>						
Dólar				3,5589	4,4486	5,3384

- (1) Os valores de exposição não contemplam ajustes a valor justo e não estão deduzidos dos custos de transação.

### Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

Abaixo estão demonstrados os valores resultantes das variações monetárias e de juros sobre os contratos de debêntures com taxas pós-fixadas, no horizonte de 12 meses, ou seja, até 30 de setembro de 2016 ou até o vencimento final de cada operação, o que ocorrer primeiro.

## Notas Explicativas

Operação	Risco	Vencimentos até	Exposição em R\$ <sup>(3)</sup>	Efeito em R\$ no resultado		
				Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
<b>Passivos Financeiros</b>						
Debêntures	Aumento do CDI	Maio de 2017	223.358	(34.518)	(43.208)	(51.920)
Debêntures	Aumento do CDI	Setembro de 2017	175.068	(26.466)	(33.117)	(39.781)
Debêntures	Aumento do IPC-A	Setembro de 2019	173.487	(28.497)	(33.159)	(37.822)
Swap IPC-A x CDI (ponta ativa)	Diminuição do IPC-A	Setembro de 2019	(173.275)	28.148	32.726	37.304
Swap IPC-A x CDI (ponta passiva)	Aumento do CDI	Setembro de 2019	150.867	(21.396)	(26.747)	(32.098)
4131 em USD	Aumento da Libor de 3 meses (9)	Outubro de 2017	110.681	(3.506)	(3.681)	(3.856)
Swap USD x CDI (Ponta passiva)	Aumento do CDI	Outubro de 2017	119.468	(18.765)	(23.496)	(28.240)
Swap USD x CDI (Ponta Ativa)	Diminuição da Libor de 3 meses (9)	Outubro de 2017	(110.790)	3.633	3.839	4.046
Total do efeito de perda				<u>(101.367)</u>	<u>(126.842)</u>	<u>(152.367)</u>
<b>As taxas de juros consideradas foram:</b>						
CDI <sup>(1)</sup>				14,13%	17,66%	21,20%
IPC-A <sup>(2)</sup>				9,39%	11,73%	14,08%

- (1) A taxa apresentada acima refere-se a taxa de 31/03/2016 divulgada pela CETIP e serviu como base para o cálculo do cenário provável. A mesma foi utilizada nos 12 meses do cálculo.
- (2) Refere-se a variação anual acumulada nos últimos 12 meses, divulgada pelo Banco Central do Brasil.
- (3) Os valores de exposição não contemplam ajustes a valor justo, não estão deduzidos dos custos de transação e também não consideram os saldos de juros em 31/03/2016, quando estes não interferem nos cálculos dos efeitos posteriores.

## 22. Ônus sobre ativos e garantias prestadas a terceiros

A Companhia mantém conta poupança no montante de R\$ 123 em 31 de março de 2016 (R\$ 122 em 31 de dezembro de 2015), para garantia de realização de compensação ambiental, conforme previsto no contrato de concessão.

## 23. Compromissos vinculados a contratos de concessão

### a. Decorrente do direito de outorga fixa

Refere-se ao preço da delegação do serviço público, assumido no processo de licitação, determinado com base em valor fixo a ser pago ao Poder Concedente, em parcelas iguais mensais até 2018, corrigidas pela variação do IGP-M, em julho de cada ano.

	Valor nominal		Valor presente	
	31/03/2016	31/12/2015	31/03/2016	31/12/2015
Outorga fixa	120.002	135.655	114.330	128.469

O compromisso será pago em parcelas mensais e iguais até fevereiro de 2018, corrigidas monetariamente pela variação do Índice Geral de Preços - IGP-M, em julho de cada ano. O cálculo do valor presente foi efetuado considerando uma taxa real de juros de 5% a.a., compatível com a taxa estimada para emissão de dívida com prazo similar ao ônus da outorga, não tendo vinculação com a expectativa de retorno do projeto.

Esses compromissos, atualizados até 31 de março de 2016, estavam assim distribuídos:



## Notas Explicativas

	<u>Valor nominal</u>	<u>Valor presente</u>
2016	46.957	46.015
2017	62.610	58.792
2018	10.435	9.523
Total	<u>120.002</u>	<u>114.330</u>

No decorrer do trimestre de 2016, foi pago ao Poder Concedente o montante de R\$ 15.652 (sendo R\$ 7.530 em caixa e R\$ 8.122 através de encontro de contas financeiras referente ao direito de outorga fixa (R\$ 15.035 no 1º trimestre de 2015, sendo R\$ 6.169 em caixa e R\$ 8.866 através de encontro de contas financeiras).

### *b. Decorrente do direito de outorga variável*

Refere-se à parte do preço da delegação do serviço público, representado por valor variável, com vencimento até o último dia útil do mês subsequente, correspondente a 1,5% da receita mensal bruta.

No decorrer do trimestre de 2016 foi pago ao Poder Concedente o montante de R\$ 3.607, referente ao direito de outorga variável (R\$ 3.484 no 1º trimestre de 2015).

### *c. Compromisso com o Poder Concedente*

A Concessionária assumiu compromissos em seu contrato de concessão que contemplam investimentos (melhorias e manutenções) a serem realizados durante o prazo da concessão. Em 31 de março de 2016 esses compromissos totalizavam R\$ 467.971 (R\$ 510.501 em 31 de dezembro de 2015) e refletem o valor dos investimentos estabelecidos no início do contrato de concessão, ajustados por reequilíbrios firmados com o Poder Concedente, atualizados anualmente pelos índices de reajuste tarifário e não incluem eventuais investimentos contingentes.

Os valores acima não incluem eventuais investimentos contingentes, de nível de serviço e casos em discussão para reequilíbrio.

## 24. Demonstração dos fluxos de caixa

Abaixo estão demonstrados movimentações de ativos e passivos que não afetaram o caixa e, portanto, foram excluídas das demonstrações dos fluxos de caixa no trimestre. Caso as operações tivessem afetado o caixa, seriam apresentadas nas rubricas do fluxo de caixa abaixo:

	<u>31/03/2016</u>
Fornecedores	(1.142)
<b>Efeito no caixa líquido das atividades operacionais</b>	<u>(1.142)</u>
Adições ao ativo intangível	1.142
<b>Efeito no caixa líquido das atividades de investimento</b>	<u>1.142</u>

A companhia classifica os juros pagos como atividade de financiamento, por entender que tal classificação melhor representa os fluxos de obtenção de recursos.

## Notas Explicativas

### 25. Eventos subsequentes

Em 27 de janeiro de 2016, foi aprovada a distribuição de dividendos complementares de R\$ 127.681, correspondente a R\$ 8,700515864 por lote de mil ações ordinárias e R\$ 9,57056745115 por lote de mil ações preferenciais. O pagamento ocorreu em 25 de janeiro de 2016.

Em 27 de abril de 2016, ocorreram os pagamentos de dividendos e juros sobre capital próprio de acordo com:

- Dividendos a conta de reserva de retenção de lucros no montante de R\$ 68.557, representando aproximadamente R\$ R\$ 4,67166187 por lote de mil ações ordinárias e R\$ R\$ 5,138828054 por lote de mil ações preferenciais;
- Juros sobre capital próprio no montante de R\$ 10.124, representando aproximadamente R\$ R\$ 0,689895787 por lote de mil ações ordinárias e R\$ 0,7588853655 por lote de mil ações preferenciais.

## Notas Explicativas

### Composição do Conselho de Administração

Renato Alves Vale	Presidente
Ítalo Roppa	Vice-Presidente
Antônio Linhares da Cunha	Conselheiro
Arthur Piotto Filho	Conselheiro
Leonardo Couto Vianna	Conselheiro
Marcus Rodrigo de Senna	Conselheiro

### Composição da Diretoria

Eduardo Siqueira Moraes Camargo	Diretor Presidente e de Relações com Investidores
Marcelo Bandeira Ferreira Boaventura	Diretor

### Contador

Hélio Aurélio da Silva  
CRC 1SP129452/O-3

\* \* \*

## Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

### RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da

Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo - ViaOeste S.A.

Barueri - SP

#### Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias da Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo - ViaOeste S.A. ("Companhia") contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2016, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações financeiras intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e de acordo com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações financeiras intermediárias de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

#### Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

#### Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e o IAS 34, aplicável à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

#### Outros assuntos

##### Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2016, preparada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR, e como informação suplementar pelas IFRSs que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 5 de maio de 2016

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU Alexandre Cassini Decourt

Audidores Independentes Contador

CRC nº 2 SP 011609/O-8 CRC nº1 SP 276957/O-4

## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**

### DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº. 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada e atualmente em vigor ("Instrução CVM 480"), a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com o conteúdo do Relatório da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes sobre as Informações Trimestrais (ITR's) da Companhia e com as Demonstrações Financeiras, todas relativas ao trimestre encerrado em 31 de março de 2016.

Barueri/SP, 05 de maio de 2016.

---

SR. EDUARDO SIQUEIRA MORAES CAMARGO

DIRETOR PRESIDENTE E DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

---

SR. MARCELO BANDEIRA FERREIRA BOAVENTURA

DIRETOR

## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes**

### DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº. 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada e atualmente em vigor ("Instrução CVM 480"), a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com o conteúdo do Relatório da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes sobre as Informações Trimestrais (ITR's) da Companhia e com as Demonstrações Financeiras, todas relativas ao trimestre encerrado em 31 de março de 2016.

Barueri/SP, 05 de maio de 2016.

---

SR. EDUARDO SIQUEIRA MORAES CAMARGO

DIRETOR PRESIDENTE E DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

---

SR. MARCELO BANDEIRA FERREIRA BOAVENTURA

DIRETOR